

# FORA TEMER



## DIREITOS HUMANOS: uma trincheira contra a barbárie

*Ataques conservadores miram os direitos fundamentais para fazer avançar sua agenda antidemocrática de ódio, intolerância e destruição de conquistas sociais*



RENATO DURANTES DEBATE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: setores conservadores estão muito articulados nas mídias sociais.

## EDITORIAL

# DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E O SENTIDO DE HUMANIDADE

*O momento é grave e nos pede ação e criatividade; ação para romper o medo e a inércia e criatividade para encontrarmos formas de ação e de disputa.*

O crescimento dos setores conservadores e do populismo autoritário acontece em um momento de crise, tanto no Brasil quanto no mundo. Crise do capitalismo, do globalismo liberal, da social-democracia. Há uma infinidade de nomes para essa crise. No Brasil, a escalada conservadora se acirra com a crise política. Não é sua causa, mas foi ingrediente no bolo que sustentou o impeachment e o tornou possível.

A conjuntura é de retrocessos e de ataques, não apenas aos direitos de mulheres, LGBTs, negros e negras, da juventude e tantos outros povos e populações oprimidos, mas de ataque à própria ideia de "Direitos Humanos" e à própria noção de humanidade. Expressões como "bandido bom é bandido morto" e "direitos humanos para humanos direitos" revelam que não é o direito à vida que se questiona, mas o direito à humanidade por parte de determinados corpos, identidades, sujeitos e formas de ser.

O golpe parlamentar representou não só a consolidação das oligarquias e grupos neoliberais no poder, como também foi elemento necessário para a cristalização das subjetividades antidemocráticas: intervenção militar, licença para matar, censura e trabalho escravo compõem o cenário do golpe e disseminam-se entre a população em um perverso arranjo ideológico de captura das formas de pensar e da ação política.

### ATAQUES

O momento é grave e nos pede ação e criatividade; ação para romper o medo e a inércia e criatividade para encontrarmos formas de ação e de disputa. Os ataques, frequentes e simultâneos, nos deixam muitas vezes sem fôlego e espantados. Não vivemos há anos um conjunto tão vil de ataques. Contudo, nossa tarefa histórica se impõe e é preciso que a tomemos com seriedade: a disputa de

sentidos da história, do mundo e da humanidade. Precisamos, frente ao retrocesso, reafirmar nossos compromissos com uma sociedade mais igual, justa e democrática e para isso é preciso conhecer os ataques, conhecer os discursos que se apresentam, e, principalmente, produzir informações e disputar a forma como as pessoas atribuem sentido aos direitos humanos no mundo.

A disputa de sentidos não é uma tarefa simples, setores conservadores articulam-se nas redes sociais de forma eficiente e com grande alcance, pautando o debate público e acirrando conflitos em torno de pautas morais, as chamadas guerras culturais, a fim de construir uma cortina de fumaça para nos distanciar dos debates centrais: aumento da pobreza, da fome, reforma trabalhista, supressão de direitos e retrocessos que atingem, sobretudo, a população mais pobre e vulnerabilizada da sociedade brasileira.

# Lutar não é crime

*Riscos para a atuação dos defensores dos direitos humanos se agravaram diante da fragilização política, econômica e institucional do País. Perigos no Norte e Nordeste são ainda maiores*

Lutar não é crime. Não deveria ser. Apoiar a luta social também não deveria ser um crime. No entanto, no Brasil, nos últimos anos, isso tem representado risco real de (morte) vida. Lutar ou estar ao lado de quem luta. Em 2016, foram assassinadas 66 pessoas que atuavam na promoção e proteção dos direitos básicos individuais ou coletivos. Outros 64 defensores dos direitos humanos foram ameaçados ou se tornaram alvo de ações que visavam a criminalizar suas atuações. Esse é o resultado de pesquisa realizada pelo Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

O mais preocupante neste levantamento é nos revelar o agravamento do quadro de retrocesso político, o aprofundamento de realidades de conflitos, especialmente no campo, e o crescimento do conservadorismo que pode ser elemento que contribua ainda mais para essa realidade de criminalização e ataques na qual as vidas dos militantes sociais se encontram.

Para o Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, os riscos para a atuação dos defensores dos direitos humanos têm se agravado em meio "ao quadro de fragilização política, econômica e institucional". A prova, segundo o comitê, seria o fato de que, no primeiro semestre de 2017, 37 defensores foram mortos - o dobro dos óbitos registrados no mesmo período de 2016.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, no ano de 2015, foram 50 mortes, 144 pessoas ameaçadas e 59 tentativas de homicídios em conflitos no campo no Brasil. Um destaque para as regiões Norte e Nordeste, que viraram as mais perigosas para a atuação das defensoras e defensores de direitos humanos

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O reconhecimento do direito de expressão, como direito à liberdade, o direito de reunião e organização, a luta pela democracia são partes fundamentais da luta por justiça e por um outro projeto de sociedade. Não podemos conceber um projeto de mundo justo onde não seja possível que cada pessoa possa se expressar e organizar-se de acordo com seu pensamento, sua crença, seu modo de vida e a visão de mundo. Temos que lutar por um mundo onde a arte possa ser manifestada sem medo ou censura. Onde as expressões de amar não sejam ordenadas a partir de normatização baseada na perspectiva de quem tem ou está no poder ou um mundo onde não se possa gritar contra as desigualdades e injustiças.

Esta realidade de criminalização e ataque às lutadoras e aos lutadores sociais ganha ainda mais força no contexto de uma sociedade profundamente desigual, em que o Estado não garante qualidade de vida à população, pois



é resultado de uma construção histórica com base em relações de opressão em relação às classes menos favorecidas, com herança da escravização; e por outro lado, apoia a sustentação do desequilíbrio econômico entre as classes sociais. Tal contexto se aprofunda nesta conjuntura pós golpe. Os ataques aos direitos e às liberdades foram ampliados de uma maneira absolutamente marcante no (des) governo Temer tornando essa realidade ainda

**"É preciso resistir e construir alternativas de espaços de respeito, fraternidade e solidariedade neste momento de defesa da democracia e da liberdade."**

mais grave, pois fortalece o ambiente de instabilidade, com o crescimento da intolerância, do preconceito, do conservadorismo e do fundamentalismo.

A ampliação da representação parlamentar pautada pelos interesses do agronegócio estreita cada vez mais o espaço democrático, e como consequência, ganham mais força os setores que atuam na contramão desses preceitos de democracia e justiça social. Aprofundam-se dessa forma os conflitos sociais, e, sem o fortalecimento das instituições, serão os militantes sociais e os defensores de direitos humanos as maiores vítimas desse processo de retrocesso político que vai se aprofundando em nosso país.

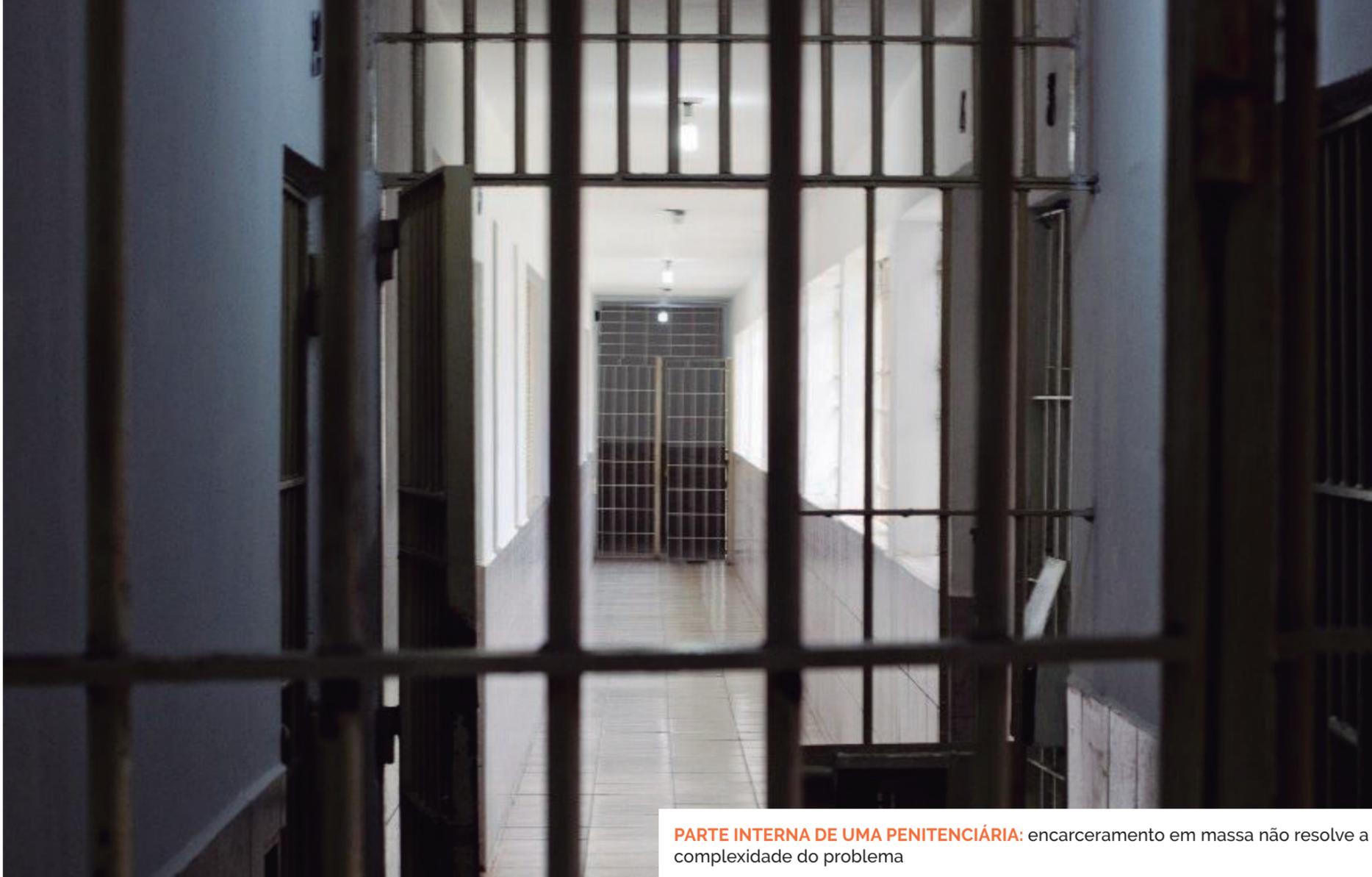
## LICENÇA PARA MATAR

Diante desse quadro preocupante, soma-se o último movimento do congresso que aprovou o PL que praticamente concede licença para matar aos representantes das Forças Armadas, que passarão a ser julgados por tribunais majoritariamente compostos por oficiais da ativa, que não precisam ter formação jurídica. Além de inconstitucional, o PL Licença para Matar abre brecha para impunidade e corporativismo, já que militares que praticarem crimes contra a vida de civis vão ser julgados por seus pares. A Licença para Matar tem um forte apoio de grupos conservadores e do governo Temer.

Em relação aos comunicadores e comunicadoras e midiativistas, levantamento feito pela ONG ARTIGO 19, entre 2012 e 2015, ocorreram 152 casos de graves violações. "Desde 2012, ao menos 24 comunicadores e comunicadoras foram assassinados, fazendo com que o Brasil ocupasse, em 2015, o terceiro lugar no ranking dos países mais perigosos para a atividade jornalística.

O processo de criminalização das lutas sociais por parte dos poderes constituídos é preocupante. Além dos diversos tipos de penas utilizadas nos processos de criminalização, como desobediência, desacato e resistência, o Sistema de Justiça Penal tem lançado mão de enquadramento indevido nas legislações de Organizações Criminosas ou na Lei de Segurança Nacional contra movimentos sociais e manifestantes.

Um outro elemento dessa discussão, que reforça esse ambiente de criminalização e perseguição de defensores de direitos humanos e que não podemos deixar passar sem atenção, diz respeito ao acirramento dos discursos de ódio e intolerância. É preciso resistir e construir alternativas de espaços de respeito, fraternidade e solidariedade neste momento de defesa da democracia e da liberdade.



**PARTE INTERNA DE UMA PENITENCIÁRIA:** encarceramento em massa não resolve a complexidade do problema

## SEGURANÇA PÚBLICA

# A APOSTA NA TRAGÉDIA

*Populismo e demagogia marcam o tratamento dado ao tema da segurança pública, com instrumentalização do medo e da dor da população para a promoção de medidas que geram ainda mais violência*

O tema da segurança pública é um dos mais relevantes e que atrai, atualmente, maior preocupação da sociedade brasileira. Isto pode ser percebido através da percepção de que 35% dos brasileiros já tiveram amigos ou parentes assassinados, ou mesmo, quando, em outro levantamento, constatou-se que 49% da população percebe na sua vizinhança a presença do crime organizado – pesquisas realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De modo geral, os especialistas apontam que falta ao Brasil e a grande parte dos estados, bem como aos municípios, estratégias de segurança pública e políticas públicas consequentes. Defende-se uma política de segurança ancorada na inteligência policial, na ostensividade qualificada, na centralidade da investigação dos crimes contra a vida, no controle de armas e na prevenção, sobretudo, do envolvimento de adolescentes e jovens nos círculos de conflito e criminalidade, o que significa amplo aporte de proteção social nos territórios mais vulneráveis.

A complexidade do tema, porém, tem sido tratada com simplicidade e populismo por parte do poder público. O medo e a dor das pessoas têm sido instrumentalizados para a promoção de medidas que servem para pro-

duzir mais violências, para ampliar os conflitos e a letalidade, ou mesmo para a ampliação da força dos mercados ilegais e das organizações criminosas. Os discursos de ampliação da força, a defesa do autoritarismo e da violência

***"O medo e a dor das pessoas têm sido instrumentalizados para a promoção de medidas que servem para produzir mais violências, para ampliar os conflitos e a letalidade."***

por parte dos agentes da lei, a restrição de direitos contra a população, sobretudo os mais pobres, e a ampliação do encarceramento são falsas soluções.

Os governos federal e estadual, bem como as assembleias e o Congresso Nacional, estão tomados de porta vozes das medidas

fáceis para o sério problema da segurança. Propagandeiam um populismo irresponsável que pede, entre outras medidas, mais polícia na rua (jogando, de forma injusta, sobre estes profissionais a responsabilidade e o desafio de, sozinhos, resolver esse sério problema), mais prisão, a desregulamentação do controle de armas, a redução da maioria penal e a incitação direta à violência – quando relativizam os casos de linchamento ou mesmo a letalidade policial, que, ao mesmo tempo, vê crescer a vitimização desses trabalhadores.

Estudo realizado pela organização da sociedade civil Sou da Paz, analisando as proposições legislativas da Câmara e do Senado Federal, revela que grande parte dessa produção continua apostando em respostas repetidas que vem demonstrando incapacidade de enfrentar a violência. Outra parte dos projetos defende o endurecimento penal, abrindo caminho para criar novos tipos penais ou buscando aumento de pena (foram 147 projetos nessa linha apresentados em 2016). Por fim, há também os projetos que tratam das polícias, abordando as pautas corporativas, dado o crescimento da representação dos segmentos dos profissionais da segurança.

# PRISÃO **RESOLVE?**



> **622 mil é a população carcerária brasileira**, Infopem, com dados de 2014

> **26.624 mil é a população carcerária cearense**, em 2017, segundo boletim de setembro da Sejus, desses, 3962 em regime aberto, sendo 47,8% provisórios;

> **O Ceará, em 2005, tinha 10.116 presos e, em 2017, 26.624**, o que representa variação na na ordem de 163%;

## ENQUANTO ISSO, **NO CEARÁ...**

**O Ceará teve uma variação de 145% no número de homicídios entre 2005 e 2015**, segundo o Atlas da Violência – 2017; os homicídios cometidos por armas de fogo cresceram na 204,9% no mesmo período.

**O homicídio de jovens, de 15 a 29, teve uma variação de crescimento de 109%**, enquanto que no Brasil foi 16,7%;

**Em 2016 foram 3.407 crimes violentos letais intencionais**. Em 2017, até setembro, já são 3.695.

### **A desistência do Ceará Pacífico**

O Governo Camilo Santana começou anunciando o Programa Ceará Pacífico, uma ação de coordenação de diversas políticas públicas e reorientação da política de segurança, com atuação em territórios prioritários, como forma de reduzir os índices de violência, reunindo ações de repressão qualificada e de oferta de políticas públicas de prevenção à violência. O programa foi esquecido pelo governo. Está sem orçamento e sua escala de atuação no Ceará encontra muito reduzida.



### **O Raio pode reduzir os homicídios?**

O Raio é a principal propaganda e aposta do governo do estado para enfrentar a violência, que é o modelo de polícia ostensiva especializada, com capacidade e aparato de enfrentamento. Mesmo ampliando os efetivos, interiorizando equipes, os índices de 2017 são os piores da história. E isso confirma o óbvio, só o investimento na polícia não reduz a violência. Não é justo nem adequado com os profissionais da segurança, muito menos com a população.

### **Falta de investigação dos crimes contra a vida**

Enquanto o efetivo da Polícia Militar cresce, o efetivo da Polícia Civil só diminui. Há vinte anos, o efetivo era o dobro do atual, em números absolutos. Isso faz com que a ação de segurança pública não esteja baseada na inteligência, para atuar de modo estrutural, a exemplo do enfrentamento efetivo a organizações criminosas que tomaram comunidades e presídios; e também faz com que não consiga responsabilizar os crimes contra a vida, pela pouca capacidade de investigação. A impunidade estimula e amplia os índices de homicídios. Segundo o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, em cinco anos, de 1500 casos de homicídios de adolescentes, apenas 2,8% chegaram a julgamento.



### **Controle de armas no orçamento**

O (zero!) reais foi o investido pelo governo do Ceará para um plano estadual de controle de armas.



### **Proteção dos profissionais da segurança**

O governo Camilo também investiu o (zero!) reais para ações de proteção aos policiais vítimas de violência e seus familiares, bem como para ações de atenção psicossocial aos profissionais envolvidos em ações de alto risco.

## **EM TRAMITAÇÃO**

### **PEC 33/2012**

Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e que reduz a maioria penal.

### **PROJETO DE LEI (PL) 3722/2012**

Sobre o controle de armas, o PL 3722/2012 já foi apreciado em comissão especial, que aprovou alterações no Estatuto do Desarmamento. Atualmente, o poder de armas é conferido aos profissionais de segurança e outras autoridades. Pela proposta, poderá ser conferido a qualquer pessoa com a flexibilização dos requisitos mínimos, sobretudo com a facilidade para o porte rural, o que contribuirá para acirrar ainda mais os conflitos fundiários que vimos explodir nos últimos anos.

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR (PLC) 44/2016**

Altera o Código Penal Militar para dispor sobre a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida cometidos por militares. A proposta retira do tribunal do júri a competência e passa para os tribunais militares (também composto de militares).

### **PEC 33/2012:**

A medida, além de inconstitucional, vai piorar o problema da violência urbana no Brasil. Em especial, porque não enfrenta o problema central que é a ausência de equipamentos, instrumentos e investimentos para aplicação da lei.

# DIREITO AO CORPO E À AUTODETERMINAÇÃO

*Na contramão da realidade, tramitam no Congresso Nacional propostas que visam ampliar a criminalização do aborto, com sua proibição em qualquer circunstância, mesmo nos casos permitidos pelo código penal*

No dia 20 de agosto deste ano (2017), o jornal Folha de S. Paulo divulgou dados do Ministério da Saúde que apontam que no Brasil ocorrem 10 estupros coletivos por dia. Já o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revela que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada em nosso país. 70% das vítimas desse crime são crianças e adolescentes segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A Pesquisa Nacional do Aborto de 2016 (PNA 2016), realizada pelo Instituto ANIS, revela que 1 em cada 5 mulheres, aos 40 anos, já realizou pelo menos 1 aborto, o que significa que este procedimento é muito presente na vida reprodutiva das brasileiras.

São dados alarmantes, mas poderiam ser ainda piores não fosse a subnotificação desses casos. Muitas mulheres e meninas não denunciam o estupro por medo ou vergonha, e tantas outras que já realizaram um aborto guardam esse segredo a sete chaves por medo de serem criminalizadas. Quanto mais dados pegamos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como violência obstétrica, por exemplo, mais perversidade encontramos.

O cenário atual sobre violência sexual e aborto no Brasil nos coloca o desafio de formular políticas que enfrentem a situação de forma a alterar essa realidade. Infelizmente, nossa legislação e atuação da imensa maioria que ocupa as cadeiras do nosso parlamento caminham no sentido contrário.

**"Os discursos conservadores não enfrentam o problema e, quando culpam as mulheres e não o estupro, as violentam novamente, reforçando a cultura do estupro."**

A legislação sobre aborto no País é de 1940. São 77 anos de uma legislação que se demonstra incapaz de alterar o cenário do problema no país. As mulheres continuam a fazer, o aborto continua sendo uma das principais causas de morte materna, e, ao mesmo tempo, o que cresce é um discurso conservador, propondo mais atraso e nenhum impacto positivo

para a realidade que a população enfrenta. Já a legislação sobre violência contra as mulheres avançou, principalmente sobre violência sexual, mas ao mesmo tempo os discursos na mídia, nas instituições e nas ruas é arcaico. Não enfrentam o problema e, quando culpam as mulheres e não o estupro, as violentam novamente, reforçando a cultura do estupro.

## ABORTO

É importante destacar que não há quem defenda o aborto ou quem seja entusiasta de um procedimento doloroso para as mulheres, desde a decisão até a realização, sobretudo quando há uma gravidez fruto de um estupro. A grande questão está em tratar o aborto apenas no campo das ideias, como mera questão de opinião e de moral; ou tratar o aborto como um fato, como realidade concreta e cotidiana que merece atenção nas discussões sobre políticas públicas, onde é preciso reconhecer que a legislação atrasada que criminaliza as mulheres que decidem por interromper a gestação não funciona. O aborto deve ser enfrentado nos parlamentos como questão de saúde pública e a legalização deste procedimento deve ser considerada como uma alternativa de política pública que pode trazer impactos positivos sobre a realidade. As experiências de países que adotaram a legalização revelam que foi possível zerar a mortalidade materna em consequência de aborto e, até mesmo, reduzir o número de procedimentos abortivos.

Na contramão da realidade, tramitam na Câmara Federal e no Senado propostas que visam ampliar a criminalização do aborto, proibindo a realização deste em qualquer circunstância, incluindo os casos que hoje são permitidos pelo código penal - em caso de gestação de risco, para salvar a vida da mulher ou em caso de gravidez resultante de um estupro. Um desses projetos, o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), inclusive, cria o "bolsa estupro", se refere ao estupro como genitor, inclusive colocando a possibilidade de que este assumira responsabilidades financeiras com a criança, ou seja, a mulher, além de violentada, pode vir a manter vínculo com o agressor. Este projeto minimiza a gravidade e o horror de um estupro, querendo nos fazer acreditar que interromper uma gestação seria mais grave do que violar o corpo de uma mulher.

Precisamos monitorar esses projetos que representam ataques à autodeterminação reprodutiva das mulheres e um ataque aos direitos humanos delas. Precisamos nos posicionar e lutar para avançar e resistir para não retroceder.

## EM TRAMITAÇÃO

### PL 5069 DE 2013

Tem como autor o ex-deputado, atualmente preso por corrupção, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). O projeto propõe ampliar a tipificação do crime de aborto e acrescenta um artigo ao Código Penal de 1940, estipulando pena de detenção para qualquer pessoa, inclusive profissional de saúde, que informe, oriente ou preste qualquer auxílio para a realização do aborto.

### PEC 58 DE 2011

Uma emenda a esta PEC acrescenta que a vida se inicia desde a concepção, o que, assim como os demais projetos já mencionados, faria com que o aborto fosse crime em qualquer circunstância.

### PEC 164 DE 2012

Também de autoria de Eduardo Cunha, esta proposta de emenda à Constituição altera a redação do caput do art 5º da Constituição Federal que trata, dentre outras coisas, da inviolabilidade do direito à vida, acrescentando expressão "desde a concepção". Se esta nova redação for aprovada, iremos retroceder no direito ao aborto já garantidos por lei.

### PL 478 DE 2007

Pretende criar um Estatuto do Nascituro. É o mais absurdo de todos, pois dá cidadania a um embrião, que passa a ter direitos iguais aos de pessoas já nascidas. O projeto reduz as mulheres a meras incubadoras. Além disso, trata dos casos de aborto em decorrência de estupro, criando incentivos para que a mulher violentada, caso engravide, mantenha a gestação. Dentre estes mecanismos, está uma bolsa concedida pelo Estado caso o "genitor" não seja identificado. Se o "genitor" for identificado este assumirá financeiramente os custos da gestação e da criança nascida. Ou seja, além de a mulher passar pelo trauma de uma violência sexual, caso ela engravide ela poderá ser obrigada a levar a gestação adiante e ter vínculos com o seu algoz.

### PEC 181 DE 2015

Da mesma forma que a PEC 58 de 2011, esta PEC tinha como objetivo a ampliação da licença maternidade para as mulheres que tivessem bebês prematuros. Mas também recebeu uma emenda para incluir ao texto que o início da vida se dá desde a concepção. Foi intitulado pelos movimentos de mulheres como PEC Cavalo de Tróia, pois a ampliação da licença maternidade é uma bandeira defendida pelos movimentos, mas ao receber esta emenda, o que seria um avanço para as mulheres pode virar um grande retrocesso.

# IDENTIDADES, AFETOS E LIBERDADE

*O apoio ou a oposição aos direitos da comunidade LGBT tornaram-se ponto central na separação simbólica entre esquerda e direita contemporâneas.*

Há alguns anos, as questões de gênero e sexualidade compõem o cotidiano dos debates políticos. Entretanto, nos últimos dois anos, se acirraram e ganharam a centralidade destes debates. O apoio ou a oposição aos direitos da comunidade LGBT tornaram-se ponto central na separação simbólica entre esquerda e direita contemporâneas.

Em 2014, elegemos o parlamento mais conservador da história do Brasil, composto, sobretudo, pela famigerada "Bancada da Bíblia", o mesmo parlamento que conduziu Michel Temer à Presidência da República. Contudo, é importante ressaltar que os ataques aos direitos da população LGBT é ainda anterior ao Governo Temer. Durante o Governo Dilma, enfrentamos a aliança da presidenta com setores fundamentalistas e a intrusão de suas agendas na feitura das políticas públicas, marcadamente o caso do Brasil Sem Homofobia nas escolas, conhecido como "kit gay", alvo de ataques pelos setores conservadores, que fez o governo retroceder à época e encerrar a política.

O crescimento das mortes de LGBTs é vertiginoso no Brasil. Somente em 2017, até a data de 20 de Setembro, segundo o Grupo Gay da Bahia - GGB, foram mortas 277 pessoas LGBTs, o equivalente a 1,05 pessoas por dia, contra 0,9 no ano passado. A cada ano um novo recorde. Segundo a ONG Transgender Europe, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. É bom lembrar que estes são os dados dizem respeito à pesquisa hemerográfica, ou seja, apenas os dados que saem

nas mídias nacionais e locais, certamente há muitas violências que não são denunciadas ou publicizadas.

Recentemente, um conjunto de discursos que pensava-se superados ressurgiu: cura gay, censura a professores que falem sobre gênero e sexualidade. Neste momento, a maior

ameaça aos direitos da população LGBT é o fundamentalismo religioso e suas decorrências: projeto Escola Sem Partido, combate a quaisquer políticas de promoção à diversidade e segurança para a comunidade LGBT. É preciso disputar os espaços na sociedade impedir o retrocesso.



**MANIFESTANTE COM BANDEIRA DO MOVIMENTO:** assassinatos de LGBTs cresce assustadoramente

## SAÚDE MENTAL

# Manicômios **nunca mais!**

Os desdobramentos da Emenda Constitucional 95/2016, resultado da "PEC dos Gastos" – que reduz gradativamente os investimentos nas políticas sociais em geral – começa a ter seus reflexos com a possibilidade de mudança na condução da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), que foi um dos destaques da 297ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), realizada no dia 15 de setembro, na sede do Conselho Nacional de Saúde em Brasília-DF.

O risco de uma possível alteração da política de atendimento em saúde mental pode representar o retorno do modelo manicomial, que fere frontalmente os direitos humanos. Diante deste grave retrocesso, os movimentos em defesa da luta antimanicomial estiveram em mobilização em todo o país denunciando os riscos e as ameaças desse retrocesso.

Nosso mandato se coloca inteiramente à disposição dos movimentos em defesa da luta antimanicomial, dos princípios da Reforma

Psiquiátrica, especialmente nesse contexto atual de perda de direitos sociais e desmonte das políticas públicas. É de fundamental importância que as instâncias de deliberação e de fiscalização das políticas nacionais de saúde ratifiquem sua posição de defesa intransigente da promoção de uma sociedade sem manicômios, onde a liberdade e a dignidade humana sejam valores inalienáveis e inegociáveis.



**AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O LAGAMAR DO CAUIPE NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:** indígenas cearenses são duramente afetados pela insegurança hídrica

# NA LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO

*Ao mesmo tempo em que concede um bilionário perdão das dívidas do agronegócio, o governo Temer faz definhar as políticas públicas de interesse dos povos indígenas e tradicionais*

O governo Temer é uma gestão antiética, pautada pelos interesses das corporações econômicas que patrocinam alianças e animam crises políticas, como a que vemos em nosso país. A crise em curso impõe medidas de exceção e assegura estratégias que privilegiam a sobre-exploração dos trabalhadores e da natureza, a fim de garantir interesses econômicos de uma elite privatista, corrupta, perdulária e degradadora. O agronegócio e o ruralismo atuam centralmente a partir dessa elite.

O governo Temer premia os interesses do agronegócio quando em sintonia com a bancada ruralista. Às vésperas da Câmara dos Deputados proibir o Supremo Tribunal Federal (STF) de investigar o presidente, aprovou a Medida Provisória (MP) 793/17 que consolidou o maior e mais recente calote do agronegócio contra o povo brasileiro.

A MP promove uma transferência de renda de cerca de 12 bilhões de reais do Estado brasileiro para o agronegócio. Os grandes latifundiários e as grandes corporações empresariais do agronegócio do leite, grãos, carnes e outras commodities agrícolas tiveram o perdão de juros e multas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) através da MP. Adicionalmente se promoveu uma redução da alíquota do Funrural da ordem de 40%, com acúmulo de perdas para a União. O agro-

negócio acumula dívidas na ordem de 1 trilhão de reais com os cofres públicos.

Se o povo brasileiro é apenado a partir da ação do ruralismo e dos sujeitos políticos arquitetos do golpe, os povos tradicionais são verdadeiramente massacrados com a projeção destes setores ao centro do poder. Dessa maneira essa sangria de recursos faz com que a união defina o orçamento para as políticas públicas de interesse dos povos indígenas e tradicionais, política agrária e agrícola para a agricultura familiar, política para a pesca artesanal, entre outras.

A questão territorial é essencial para indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, estes são guardiões dos biomas e ecossistemas aos quais se vinculam, ou seja, sujeitos fundamentais da conservação ambiental em nosso país.

A violência no campo explode e os requintes de crueldade são reeditados como indicador do momento político que vivemos. No final do ano passado terminamos o ano com 69 assassinatos de pessoas que lutam por terra. Até setembro de 2017, já ocorreram mais de 70 assassinatos de pessoas em conflitos no campo. Esse quadro de violência, se sustenta pelo aparato jurídico. No Ceará os conflitos na zona costeira aumentaram enormemente e pescadores artesanais, quilombolas e indígenas sentem a violenta manifestação destes.

## EM TRAMITAÇÃO

São muitas as ameaças que pairam sobre os povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais. Dentre elas destacamos:

- 2800 comunidades quilombolas que com a iminente votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, sentem em xeque a regulamentação das terras quilombolas asseguradas pelo decreto 4.887/2003.

- O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) identificou **33 PROPOSIÇÕES ANTI-INDÍGENAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO E NO SENADO**. Somadas às propostas anexadas por tratarem de temas semelhantes, ultrapassam uma centena.



# É TEMPO DE RESISTÊNCIA

## DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO

### PSOL

#### EXPEDIENTE

Fora Temer - informativo do mandato **É Tempo de Resistência** deputado estadual Renato Roseno (PSOL)

Edição especial Direitos Humanos dezembro 2017

Jornalista responsável:  
Felipe Araújo (JP - 01174 - CE)

Projeto gráfico e diagramação:  
Lara Vasconcelos

Mídias Sociais:  
Samya Magalhães

Estagiário:  
Lucas Moreira Victor



[www.renatoroseno.com.br](http://www.renatoroseno.com.br)



[/RenatoRoseno50](https://www.facebook.com/RenatoRoseno50)



[@renatoroseno](https://twitter.com/renatoroseno)



[www.telegram.me/renatoroseno](https://www.telegram.me/renatoroseno)



[@renatoroseno](https://www.instagram.com/renatoroseno)



[contato@renatoroseno.com.br](mailto:contato@renatoroseno.com.br)



(85) 99864.5050 // (85) 3277.2792



Av. Desembargador Moreira, 2807 -  
Dionísio Torres - Gabinete 314,  
Fortaleza-CE